



r. 02
Proc 564/25

Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

PROJETO DE LEI - 90/25

Altera a Lei Municipal n. 1.678, de 26 de maio de 2025, e dá outras providências.

Art. 1º O artigo 2º da Lei Municipal n. 1678, de 26 de maio de 2025, passa a vigorar alterado e acrescido das seguintes redações:

***“Art. 2º** O alvará de funcionamento será requerido perante o Poder Executivo e expedido anualmente, sem custos ao solicitante, para horário de funcionamento até as 22 horas, autorizada a propagação de som de qualquer natureza dentro dos limites legais vigentes no que tange aos seus decibéis.*

§ 1º Para o deferimento e expedição do alvará de funcionamento deverão ser apresentados fisicamente:

I – declaração do titular do domínio ou posse do local, com firma reconhecida por autenticidade, que é o único responsável pela reunião das pessoas no seu ambiente, e que é titular de seguro contra acidentes e/ou eventos no imóvel (desabamento, incêndio e etc.), apto a garantir ressarcimento àquele que sofrer qualquer tipo de problema físico por estar na reunião religiosa;

II – declaração dos titulares do domínio ou posse de imóveis confrontantes, com nome e documento de identificação, no sentido de concordar com a realização de eventos de cunho religioso no imóvel objeto do alvará requerido;

III – declaração do titular do domínio ou posse do local, com firma reconhecida por autenticidade, sobre o limite máximo de pessoas que o local abriga, que não poderá exceder a 25 (vinte e cinco) pessoas; e

IV – fotos do local para apuração de eventuais riscos que demandarão fiscalização “in loco” no local para constar outros aspectos de segurança e higiene.

§ 2º Para o deferimento e expedição do alvará de funcionamento o local deverá ter sanitários nos termos da legislação vigente.” (NR)

Art. 2º Fica criado um parágrafo único ao art. 3º, da Lei Municipal n. 1678, de 26 de maio de 2025, com a seguinte redação:

***“Art. 3º***

***Parágrafo único.** A emissão de alvará de funcionamento para templos de qualquer culto, para locais em inobservância da lei de zoneamento*



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

municipal, dependerá de audiência pública para fins de adequação da lei de zoneamento urbano vigente.” (NR)

Art. 3º O artigo 5º da Lei Municipal n. 1678, de 26 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:


“Art. 5º Fica autorizada a regulamentação dessa legislação a critério e juízo de necessidade da autoridade competente, dentro do exercício intrínseco de sua conveniência e oportunidade.” (NR)

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei onerarão as rubricas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Bertioga, 04 de novembro de 2025. (PA n. 2870/2025)


Marcelo Heleno Vilares
Prefeito do Município



04
564/25

Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:

Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que ***“Altera a Lei Municipal n. 1.678, de 26 de maio de 2025, e dá outras providências”***, pela exposição de motivos a seguir:

A presente proposta tem por objetivo aperfeiçoar e atualizar dispositivos da referida legislação, de modo a adequar seus procedimentos à realidade local e às normas de segurança, higiene e ordenamento urbano vigentes no Município de Bertioga.

As alterações ora apresentadas buscam conciliar o pleno exercício da liberdade religiosa, garantida constitucionalmente, com a responsabilidade do Poder Público em assegurar a segurança, a convivência harmoniosa e o interesse coletivo.

Entre os principais pontos propostos, destacam-se:

1. A gratuidade do alvará anual para funcionamento até as 22 horas, observados os limites legais de emissão sonora;
2. A exigência de declarações e documentos comprobatórios que reforçam a segurança e a responsabilidade civil do titular do imóvel;
3. A necessidade de anuência dos imóveis confrontantes, promovendo a boa convivência entre vizinhos;
4. A obrigatoriedade de sanitários e a possibilidade de fiscalização *“in loco”*;
5. A previsão de audiência pública para análise de compatibilidade urbanística, nos casos em que o imóvel esteja em zona incompatível com o uso religioso.

Importa salientar o reconhecimento e agradecimento ao Vereador Gilmar Barbosa da Silva, autor da Lei Municipal nº 1.678, de 26 de maio de 2025, cuja iniciativa foi fundamental para a regulamentação e valorização das atividades religiosas no Município. Sua proposição original representou um avanço significativo no diálogo entre a fé, a comunidade e o Poder Público, servindo de base para o aperfeiçoamento agora proposto pelo Executivo.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal, confiante em sua aprovação, por tratar-se de medida que consolida direitos, aprimora a legislação vigente e fortalece o princípio da cooperação entre os Poderes constituídos.

Marcelo Heleno Vilares



Folhas 05
Proc 564/23

Prefeitura do Município de Bertiooga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

Bertiooga, 04 de novembro de 2025.

OFÍCIO N. 702/2025 - SG

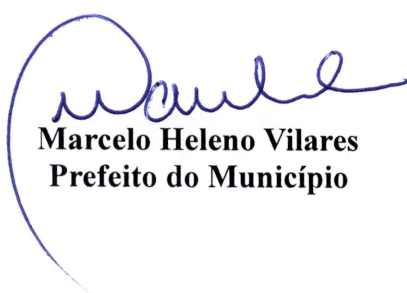
Processo Administrativo n. 2870/2025

(Favor mencionar esta referência)

Excelentíssimo Senhor,

Com os nossos cordiais cumprimentos e reiterando os protestos de estima e consideração, servimo-nos do presente para encaminhar a esta Egrégia Casa de Leis, para apreciação e votação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei que ***“Altera a Lei Municipal n. 1.678, de 26 de maio de 2025, e dá outras providências.”***

Atenciosamente,


Marcelo Heleno Vilares
Prefeito do Município

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

Protocolo 3.401

Data 12/ 11 / 25

Hora 15:45

Funcionário Maria Clara Terto da Silva
Técnico Legislativo Administrativo
Reg. 661

Ao Excelentíssimo Vereador
ANTONIO CARLOS TICIANELLI
Presidente da Câmara Municipal de Bertiooga